

## ATA NUMERO SETE

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e quinze, pelas dezoito horas, no auditório da freguesia de Viseu, sito na Travessa de S. Lazaro, em Viseu, reuniu, em Sessão Ordinária a Assembleia de Freguesia de Viseu, presidida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia Fernando Alexandre de Almeida Esteves e secretariado por Maria Manuela Borges Martins e Fernando de Oliveira Monteiro.

A folha de presença foi distribuída para a recolha de assinaturas dos membros da Assembleia de Freguesia, tendo-se verificado a ausência de José Maria Costa do PS que se fez substituir por Ana Maria da Piedade Carvalho Abrantes Madureira, portadora de cartão de cidadão 12741442727, Maria da Rosa Ferreira do PS que se fez substituir por Adelino Fernandes Lopes, portador do bilhete de identidade 3175523, Augusto Antunes do PS que se fez substituir por Carlos Martins dos Santos Portugal, portador do bilhete de identidade 043278553744 e Maria Manuela Martins do PS.

Marcou ainda presença o Executivo da Junta de Freguesia composto pelo Presidente Diamantino Santos, a Secretaria Ana Maria Damilão, o Tesoureiro Vítor Costa e os Vogais, Paulo Almeida, Francisco Marques e Rui Melo.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, após ter verificado a existência de quórum, deu início à sessão, começando por saudar todos os presentes especialmente as elementos substitutos, solicitando a todos a melhor colaboração para que a reunião decorra com normalidade.

### I -PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Deu se início ao período ante das ordem do dia com a votação da ata da reunião anterior tendo a mesma sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor e duas abstenções.

#### 1-tempo destinado ao público:

Registou-se apenas a presença da cidadã Mariana Cândida da Rocha moradora da Rua das Fontainhas, Nº 4- lugar da Separadora- Viseu, à qual o presidente da assembleia de freguesia concedeu e a palavra. A cidadã, começou por referir onde morava e que em seu entender, devido aos valores do IMI que paga tem direito a que sejam cuidadas as zonas ajardinadas e que os candeeiros não dão luz suficiente, apesar do corte das árvores por si solicitado junto do município. Abordou de seguida outro assunto, relacionado com o facto de ser proprietária de um apartamento na Quinta de S. José e questionou quando começavam as obras que tinham sido prometidas há muito tempo, uma vez que em seu entender aquela zona se encontra num total abandono sentindo-se obrigada a sair de lá pois sendo uma zona que não é cuidada só atrai pessoas de


muito baixo nível que só vão arranjar problemas. Referiu ainda que é um dos bairros mais bem situados na cidade onde não falta nada, vai ter uma escola nova, vão estar dentro de um ano próxima de dois hospitais e não se justifica que o bairro não esteja composto.

Não havendo mais inscrições do público, o presidente da Assembleia passou a palavra ao presidente do executivo para que o mesmo se pronunciasse sobre as questões levantadas pela cidadã Mariana Cândida da Rocha. O presidente, cumprimentos os presentes dirigiu uma palavra de boas vindas aos novos elementos e relativamente às questões colocadas pela concidadã, refere que já falou diversas vezes com a dona Mariana sobre estes assuntos e que já lhe fez saber que este órgão não tem autonomia para resolver todos os assuntos que a mesma refere, realçando que somos a Junta de Freguesia não somos o município. No território do município e conforme a lei refere qualquer obra que seja feita tem que ser com autorização do município ou através de delegação de competências via contratos programa, etc. e como tal não é possível à Junta de Freguesia ainda que o quisesse ter autonomia legal para resolver esses assuntos. Prometeu no entanto que tentaria exercer a influência da Junta de freguesia relativamente a essa matéria e que o fará com todo o gosto. Referiu igualmente que o facto de já terem cortado as árvores como referiu é sinal que estão a tentar responder às suas solicitações. Em relação à Quinta de S. José, informou que está a ser preparado um programa de revitalização da mesma e que quanto ao nível dos moradores, referiu que os senhorios também têm alguma responsabilidade pois são estes que os aceitam lá e devem ver a quem arrendam e em que circunstâncias alugam os apartamentos. Recordou também que ainda enquanto presidente da Junta de Freguesia de Coração de Jesus alertamos o município para um bairro que era emblemático, onde toda a gente gostava de viver e que de facto estava a necessitar de obras. Não concorda no entanto que se diga que está ao abandono total e aproveitava para convidar todos os presentes para lá se deslocarem e verificarem. Concluiu, informando que a requalificação da Quinta de S. José, vai incidir sobre os espaços verdes, o polivalente e provavelmente será extensiva a outras áreas, referindo nomeadamente a intenção de candidatar a fundos comunitários a reabilitação daquele bairro por parte do município.



O Presidente da Mesa agradeceu a presença da dona Mariana Cândida da Rocha, convidando-a a assistir ao resto da Assembleia e deu continuidade aos trabalhos

## **2- Informação da Junta de Freguesia**

Em relação este este ponto o Presidente da Mesa referiu que como já tem sido habito esta informação foi previamente disponibilizada a todos os elementos da Assembleia ficando deste modo dispensada a leitura da mesma e referiu que se alguém quiser fazer algum comentário poderia inscrever-se.



Tomou a palavra o membro João Serra da CDU que começou por questionar ao Presidenta da Mesa e ao Executivo o porquê da antecipação desta assembleia o pedido prende-se com o facto de não constar nenhuma explicação da reunião, pois o artigo 11 é claro quando diz que a assembleia de freguesia reúne-se em quatro sessões ordinárias anuais em Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro e não em Março. Não tendo havido nenhuma justificação aos elementos eleitos da Freguesia, que tenha merecido a sua concordância para a realização da reunião ordinária fora do período previsto em lei impõe-se perguntar se esta reunião tem legitimidade para continuar. Referiu no entanto que não era sua pretensão solicitar a suspensão dos trabalhos por respeito aos seus colegas que se encontram presentes, pretendia apenas chamar a atenção da assembleia para o atropelo à lei das disposições por parte da junta de freguesia tal como tem acontecido com os protocolos e celebração de contratos sem a previa aprovação da assembleia, para reforçar o que disse, entregou na mesa um requerimento para que sejam trazidos a esta assembleia todos os protocolos e contratos celebrados pela junta durante este mandato (documento anexo à ata com o número um), sobre a informação da junta de Freguesia à assembleia, referiu que das duas uma : Ou a junta fez muito pouco desde a última assembleia e o conteúdo da informação corresponde a essa realidade ou a informação do senhor Presidente da Junta, por lapso não foi distribuída na sua totalidade. Ainda neste período aproveitou para levantar mais algumas questões: em relação à mobilidade na cidade de Viseu, sabendo que a câmara criou uma comissão para melhoramento da mobilidade e que o Sr Presidente da Junta faz parte da mesma, queria propor que esta assembleia fosse chamada a esta discussão, podendo dar o seu contributo positivo na procura de soluções consensuais. De concreto, propõe a criação de uma comissão de trabalho com um elemento de cada força política que possa apurar propostas que venham a uma reunião de assembleia de freguesia para serem discutidas e posteriormente enviadas à comissão do município. Continuando, referiu que o estacionamento dos autocarros, na avenida 25 de Abril, não fosse superior a trinta minutos, ou em alternativa a sua deslocação para a central de camionagem, para que desse modo se possa circular muito melhor naquela avenida, melhorando até o aspecto paisagístico no coração da cidade. De igual modo referiu que a comissão deve equacionar a retirada do estacionamento dos autocarros daquela avenida e que para isso é necessário planear o reforço a partir da central de camionagem de forma a que todos os passageiros que necessitam em hora de ponta tenham transporte para toda a cidade com transporte económico e em tempo útil. Defendeu igualmente o aumento de capacidade da linha azul e incluindo um percurso completo da cidade que incluía o acesso ao hospital, avenida da Europa, loja de cidadão, etc.



O membro João Serra abordou de seguida o protocolo da Junta de Freguesia com a PsiKe, referindo a este propósito que foram contactados por alguns professores dando conta de uma proposta da Junta aos jardins de infância das escolas principais da cidade, disponibilizando os serviços da Psike para acompanhamento das crianças com

intervenção do ensino especial. Acrescentou que já tinham constatado o altruísmo da junta para com todos os que lhe batem à porta e agora parece que a junta quer substituir o ministério da educação e a sua responsabilidade na preparação de professores especializados no acompanhamento de crianças com necessidades educativas especiais a por trabalhadores de um empresa que pode ter as melhores intenções do mundo, mas que não está mandatada para o efeito. Sobre o espaço das escadinhas da avenida Alberto Sampaio referiu que foram contactados por algumas pessoas desta zona da cidade, a informar o encerramento deste espaço ao sábado, desejando saber o que motivou este encerramento. Quis igualmente saber o que se passa com as quedas de água da mesma escadaria que já não funcionam. Para terminar este ponto referiu que no Parque Aquilino Ribeiro as plantas e as placas ou morreram ou foram vandalizadas. Terminou fazendo uma saudação ao 41º aniversário do vinte e cinco de Abril e do 1º de Maio, para o qual procedeu à leitura (documento anexo a ata).

Tomou a palavra o deputado Luís Mouga Lopes do BE que começou por questionar acerca da existência ou não de um arquivo dos documentos e atas das Assembleias de Freguesia, e de que forma poderia o mesmo ser consultado. Questionou igualmente para quando a disponibilização online de toda esta informação. Questionou igualmente se foi o executivo o responsável pela escolha dos beneficiários da verbas referentes ao primeiro Orçamento participativo e se o executiva já estava a acompanhar a realização das iniciativas vencedoras.

Alexandre Pinto do PS, cumprimentou todos os presentes, e referiu que tem algumas perguntas que gostaria de fazer: a primeira diz respeito aos protocolos celebrados pela junta de freguesia com as diversas instituições, lembrando que o PS na altura dessa discussão viabilizou a sua execução, para não impedir o normal funcionamento da Junta de Freguesia. Isso não impede, no entanto, em ter a preocupação de saber quem são as instituições, com que finalidade propõem o protocolo, qual o prazo de validade dos mesmos. Refere igualmente a necessidade de passado algum tempo de execução, proceder a uma avaliação do que foi feito, ver o que é que a Freguesia e os cidadãos beneficiaram com esse acordo. A segunda questão, relativa a uma verba de quarenta mil euros que está destinada a instituições sem fins lucrativos, saber se há candidaturas ao abrigo do Regulamento Associativo aqui aprovado, se sim quais são, quais os valores envolvidos, quais os projetos e saber se os prazos foram cumpridos ou não. Referiu igualmente que gostaria que esses projetos fossem trazidos à assembleia para verificar o cumprimento do estipulado no regulamento.

Jorge Azevedo do CDS começou por elogiar a ata da reunião anterior que considera retratar 90 por cento do que se passou na assembleia. Uma questão que queria ver esclarecida, era relativamente ao protocolo com a Psike, uma vez que já na altura referiu, que o preenchimento do modelo dois mil e cinquenta leva a que os pais

possam ainda que de forma indireta pagar mais impostos via segurança social, realçando que em determinados assuntos as instituições privadas não podem substituir as públicas. Outras questões levantadas tiveram a ver com temas já previamente abordados noutras reuniões, como o custo das viaturas adquiridas, o apoio às instituições ou número de funcionários que a junta tem. Terminou apelando para que os documentos contabilísticos fossem os mais claros possíveis,

Terminado o período de pedidos de esclarecimento ao executivo, o Presidente da Mesa da Assembleia aproveitou para responder às questões pela qual a mesa poderá de alguma forma ser responsabilizada. Em resposta ao deputado João Serra da CDU referiu que não existiu nenhuma razão especial para a assembleia ter sido marcada para vinte e sete de março, tendo a mesma resultado de um encontro de datas entre a Mesa da Assembleia e o executivo, como sempre acontece, não tendo sido pesada a importância do estrito cumprimento da lei. Agradeceu no entanto o reparo para que esta situação não se repita no futuro sem deixar no entanto de referir que lamenta a falta de flexibilidade do deputado João Serra neste assunto, tanto mais que como presidente da mesa lhe confere essa flexibilidade, nomeadamente permitindo que use da palavra durante 18 minutos seguidos quando o estipulado no regimento, para o qual o dito membro não contribuiu, é de sete minutos. Respondendo ao deputado Luís Mougá Lopes, referiu que existe um arquivo físico, onde constam as atas que são aqui aprovadas e outros documentos, que o mesmo pode ser consultado pelos membros da assembleia de freguesia, aqui na Travessa de São Lázaro. Sobre a disponibilização dos documentos online, referiu que espera que até ao final do ano isso se torne realidade.

Dada a palavra ao Presidente da Junta de freguesia de Viseu, este começou por corrigir o membro João Serra, referindo que não faz parte da comissão municipal de mobilidade. Em relação à atividade da freguesia reconheceu que houve de facto um lapso no envio dos documentos para a Mesa da Assembleia e que a sua informação escrita sobre as atividades desenvolvidas é um documento de quatro folhas e não uma como foi disponibilizado. Como tal o Presidente da Junta após um pedido de desculpas à assembleia, procedeu à leitura do documento (documento anexo à ata). Após a leitura continuou a dirigir-se a João Serra referindo que à falta de melhor, a CDU repete nesta assembleia o que é dito pelos deputados da CDU na Assembleia Municipal, Em relação às escolas é verdade que estas estão com dificuldades e aproveitando para responder também ao membro Jorge Azevedo, reafirmou que os psicólogos que existem não conseguem atender todas as crianças, não têm capacidade para responder a todas as solicitações e foi nessa preceptiva que este surgiu e que tal como já aqui foi referido, está disponível para as escolas que estejam interessadas em o fazer. A iniciativa de protocolar, vem da escola e não da junta de freguesia. Em relação ao espaço e centro municipal da juventude das escadinhas da Avenida Alberto Sampaio a única coisa que o executivo pode fazer é tentar saber o porquê do seu encerramento pois como sabem o seu funcionamento é da competência do município,

bem como as quedas de água, concordando que com a chegada da primavera ter aquela estrutura ligada era mais aprazível. Aproveitou também para saudar o aniversário do 25 de Abril e do 1º de Maio. Em relação à intervenção de Luis Mouga Lopes, referiu que a atribuição dos prémios do OP não foi da decisão do executivo, mas sim da comissão de peritos convidada para o efeito, constituída por 3 professores do IPV. Referiu igualmente que em relação a este processo, que será abordado mais à frente, temos que melhora-lo, tornar mais democrática a decisão de quais os projetos vencedores, fazer com que os cidadãos possam participar mais. Quanto ao projeto vencedor, foi a criação do Centro de Convívio da Associação de Gumirães, tendo sido ainda contemplados 2 outros projetos já igualmente revelados. O Presidente do executivo lamentou que a maioria dos membros da oposição apenas se lembre do Orçamento Participativo aqui, uma vez que apesar de convidados para estarem presentes aquando da assinatura dos contratos programa com o município e simultaneamente a entrega simbólica do prémio ao projeto vencedor, optaram por não participar. Referiu igualmente, que se tivessem estado presentes, saberiam que não tinham dúvidas do que aqui fizemos, mas a verdade é que primam pela ausência e depois só aparecem nestes momentos. Saberiam igualmente, que para além do projeto vencedor fomos aconselhados pelo júri, a que afetássemos uma verba a outros dois, de origem anónima, um destinado à criação de uma plataforma digital para registo das famílias que nós apoiamos, e o outro, bastante interessante do ponto de vista patrimonial que consiste na recolha de historias perdidas, pregões, historias, ... da Freguesia. Em relação aos oito mil euros do projeto vencedor, referiu que o controle do dinheiro é efetuado pelo executivo, efetuando inclusive o pagamento das despesas de todos os serviços que sejam necessários durante a execução do projeto, que prevemos esteja em pleno funcionamento no inicio do verão.,

Quanto aos funcionários da Junta de referir que existe um quadro de pessoal, já distribuído anteriormente, e que neste momento contem quatro funcionários administrativos, e 3 assistentes operacionais. Como necessitamos de mais, temos mais seis colaboradores no âmbito IFP. Neste momento na limpeza, existem três equipas de três elementos cada distribuídos pelo território. Na Rua Miguel Bombarda, temos três funcionários do centro de emprego, dois afetos ao serviço administrativo e um a secretariar o executivo, esta ultima inclusive está em processo de aprendizagem, pois a anterior saiu, uma vez que os programas são temporários, concordo quando referem não ser esta a melhor opção, mas também posso dizer que se perguntarem às pessoas que estão a trabalhar connosco se preferem estar a trabalhar e receber mais algum valor, dizem todas que sim pelo que também temos que ver isto pelo lado social. No que se refere ao projeto DLBC, trata-se de uma iniciativa da câmara que é uma candidatura a fundos comunitários, em que apenas três freguesias estão contempladas, as Freguesia de Viseu, Ranhados e Rio de Loba. A candidatura tem diversos parceiros envolvidos, nomeadamente entidades que trabalham no âmbito social, será gerida pelo CERV e o nosso papel neste momento é sermos parceiros. Em

relação aos protocolos, referiu que em todas as assembleias este assunto vem a discussão de tal forma que parece ser senão a única pelo menos a principal preocupação da oposição, pelo que garantiu que o executivo estará aqui em tempo próprio para dizer se valeu a pena fazer este ou aquele protocolo, se foi ou não benéfico para os nossos fregueses e na sequência dessa avaliação será feita a análise se vale a pena continuar ou não. Quanto aos projetos afetos ao Regulamento de Apoio ao Associativo, referiu que a junta recebeu cerca de trinta projetos que passaram para a fase de análise e, reiterou que o objetivo do executivo não é apoiar associações pelo nome mas sim pelos projetos apresentados. Referiu igualmente que a seu tempo serão divulgados quais os projetos a serem apoiados. Referindo-se ao protocolo com a Psike, reiterou mais uma vez, que o mesmo não tem qualquer custo, nem para a Freguesia nem para as famílias carenciadas. Em relação à questão das viaturas, levantada por Jorge Azevedo, o presidente do executivo, referiu que as mesmas estão incluídas no inventário e as duas aí devidamente especificadas. Alertado pela Mesa da Assembleia, de que de facto nos documentos fornecidos aos membros da assembleia não constava a informação referente à inclusão das viaturas no inventário, o Presidente do executivo, desculpou-se por este lapso administrativo e lamentando o sucedido, procedeu à distribuição pelos membros da Assembleia da página em falta no inventário.

Antes de terminar este período, Alexandre Azevedo Pinto, saúda a entrada dos trinta projetos, mantendo a curiosidade em saber quais são esses projetos, lembrando que na primeira ou segunda assembleia o PS, trouxe uma proposta que estes apoios às associações, deviam ser não por nome mas por projetos e regista com agrado esta inversão de prioridades do executivo.

## **I I -PERIODO DA ORDEM DO DIA**

### **1-Apreciação, discussão e votação da Conta de Gerência do ano de 2014.**

Tomou a palavra o Presidente da Junta que apresentou um preâmbulo das contas de gerência de 2014 (documento anexo a ata).

Alexandre Azevedo Pinto, referiu que este preâmbulo, é positivo, uma vez que ajuda a perceber melhor por parte dos não especializados, a situação das contas. Informou que o PS, se vai abster em relação à conta de gerência nomeadamente porque considera as taxas de execução de despesas de capital muito baixas, alegando que a lei setenta e cinco não justifica tudo e questiona se o objetivo não passa por realizar as obras mais próximo do final do mandato. Terminou concluindo que apesar de as taxas de execução serem irrisórias, entendem os deputados do PS que se devem abster uma vez que consideram ser a Conta de Gerência o espelho do trabalho realmente efetuado em dois mil e catorze.

Luís Mouga Lopes, referiu que antes de mais gostava de realçar que a prestação de contas é um momento importante, na vida partilhada da ação do executivo e o BE por princípio se abstém para permitir a execução das políticas previamente definidas pelo executivo. Para melhor explicar a sua intervenção procedeu à leitura de um conjunto de análises e questões que, vertidas em documento entregue à mesa, consta como anexo desta ata. Acerca da execução, considera igualmente ser um pouco deficiente, e apelou ao reforço de execução das verbas, nomeadamente as adstritas às escolas, manutenção dos espaços verdes, conservação e reparação de equipamentos desportivos, atividades desportivas, atividades culturais e apoio social, orçamento participativo, etc. Considerou igualmente que o executivo deve disponibilizar um reforço de verbas para as instituições sem fins lucrativas. Referiu que a importância destas foi o motivo para a proposta do BE na criação do dia do associativismo.

João Serra, começou por referir que ia entregar, após leitura, uma declaração de voto (documento anexo à ata).

Jorge Azevedo, começou por referir, que o preocupa o grau de desfasamento entre o nível de execução de algumas rubricas. Enquanto rubricas como publicidade, pareces, artigos honoríficos,... estão muito próximos dos cem por cento, outras como as relacionadas com as escolas e espaços envolventes, estão muito aquém. Como tal, considerou que a conta gerência se encontra completamente desfasada da realidade. Apelou ainda a um maior rigor com a questão social, questionando como é que num país com tantas dificuldades a este nível, as verbas alocadas a esta rubrica não são totalmente esgotadas. Concluiu referindo que apesar de este ser um discurso mais de esquerda revela as preocupações do CDS.

Luís Mouga Lopes, aproveitou para salientar que é sempre bom ouvir o CDS referir que a esquerda é que se preocupa com a parte social.

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia que começou por referir que vai tentar responder aquilo que puder e posteriormente, irá passar a palavra ao seu tesoureiro para poder responder as perguntas de carácter mais técnico. Quanto à execução orçamental que a oposição considerou baixa, referiu que só foi baixa relativamente ao investimento, uma vez que as obras não estavam orçamentadas, mas sim previstas, visto que isso cabe ao município, que infelizmente ainda não o fez por razões, que já foram explicadas. Repetiu no entanto que não se pode fazer qualquer obra sem o apoio municipal. A freguesia só pode executar obra naquilo que é da freguesia, no que é do município tem haver protocolos com o município, tem de haver delegação de competências e respetivo contrato programa. Só assim, afirmou, se cumpre com o que está na lei. Afirmou ainda que insinuar que as obras estão a ser deixadas para o final de mandato, é passar um atestado de ignorância ao povo que sabe muito bem distinguir as coisas. Em relação à intervenção de Luís Mouga Lopes considerou que referiu alguns aspetos importantes, e entendeu ser possível trabalhar



nessas ideias, com a participação de todos. Em relação a João Serra, considerou que o discurso da CDU é sempre o mesmo, mas queria lembrar que estamos na freguesia e não no município referindo que vir com a ameaça do tribunal de contas é redutor uma vez que a lei obriga a que assim seja.

O tesoureiro da junta de freguesia, Victor Costa, começou por referir que os membros da assembleia deveriam vir para as reuniões devidamente preparados, para não dizerem inverdades. Afirmou que a importância da execução orçamental das despesas não pode ser considerada ser ter em conta o valor que lhe está associado e que a mesma seria mais elevada se fossem considerados todos os documentos que nem sempre chegam atempadamente e como tal, transitam para o período seguinte.

Carlos Portugal do PS, referiu que por aquilo que verificou nas contas foi muito fraco o grau de execução, e registou o paralelismo com a política do município.

Jorge Azevedo, referiu que a não aceita atestados de incompetência e reafirmou que fará as questões que entender, quer o executivo goste ou não, reafirmando que fez questões concretas e ouviu respostas vagas.

O Presidente da Junta, para concluir, respondeu, após saudar Carlos Portugal, que pela primeira vez está presente, relendo parte do preambulo, “todo este processo legislativo, retardou a aplicabilidade da lei e condicionou a ação municipal, bem como o das freguesias, neste caso especifico a da Freguesia de Viseu”, esperando que todos tenham compreendido agora o que queríamos dizer.

Terminado o período de discussão procedeu-se à votação da Conta de Gerência do ano de 2014 que foi aprovada por maioria, com 3 votos contra e quatro abstenções.

## **2-Apreciação, discussão e votação sobre a Primeira revisão Orçamental do ano de 2015.**

Luís Mouga Lopes, salientou que gostaria que para o ano de dois mil e quinze fossem esgotadas algumas verbas que foram reforçadas. Afirmou que nesta assembleia o BE tem optado por fazer uma oposição construtiva, ao mesmo tempo que acompanha e fiscaliza as opções tomadas pelo executivo, para além das propostas já aqui referidas e que algumas delas fazem parte do plano de atividades do executivo. Afirmou contudo que gostaria de ver as reforçadas as verbas para as questões sociais, para o OP, atividades culturais/desportivas e recreativas, trabalho de proximidade com os cidadãos da freguesia nomeadamente com aqueles que passam maiores dificuldades e inclusão do comércio justo.

Alexandre Azevedo Pinto, comunicou que o PS vai votar contra em coerência, pois considera esta revisão orçamental decorrente do transitar das contas do ano passado, sem que se registre nenhuma alteração digna de registo.

Terminado o período de discussão procedeu-se à votação da Primeira Revisão Orçamental do ano de 2015 que foi aprovada por maioria, com 7 votos contra e uma abstenção.

### **3-Apreciação do Inventário do Património da Junta de Freguesia de Viseu a 31 de Dezembro de 2014.**

A discussão acerca do Inventário, começou com a intervenção de Mario Rui Dias que após cumprimentar todos os presentes, referiu a necessidade de proceder à reapreciação do valor atribuído a alguns objetos, nomeadamente ao material informático e eletrónico, dando como exemplo as máquinas de filmar que no documento não aparecem com marca e modelo. Recomendou que valeria a pena fazer um esforço e atribuir uma correspondência quantitativa a cada item, para termos uma ideia mais realista de qual é o património da Freguesia.

Jorge Azevedo, referiu que nesta rubrica destaca com agrado a inclusão das viaturas, pois a alternativa seria os trabalhadores andarem de um lado para o outro com a maquinaria às costas, referindo que a maquinaria pesada provavelmente irá ser transportada pela viatura ligeira marca VW Passat cujo custo foi de dezassete mil cento e cinquenta euros e a maquinaria ligeira será transportada pela viatura marca Nissan de doze mil e quinhentos euros, concluindo que o executivo deu prioridade ao transporte de passageiros em relação à carga de maquinaria.

João Serra referiu que a sua intervenção vai de encontro a algumas anteriores e recomenda maior rigor em relação ao envio do material para os membros da assembleia, de forma a se fazer uma melhor avaliação sobre aquilo que se vão pronunciar.

### **4- Apresentação, discussão e votação do Regulamento de Funcionamento do II Orçamento Participativo da Freguesia de Viseu**

Na sequência de várias intervenções de todos os partidos representados na assembleia e após a intervenção do presidente do executivo sobre este tema, concluiu-se da necessidade de melhorar gradualmente o regulamento do orçamento participativo para que esteja mais próximos dos fregueses nomeadamente no que à decisão dos projetos vencedores diz respeito. Assim e na sequência da discussão foram apresentadas à mesa as seguintes propostas de alteração ao documento previamente apresentado pelo executivo da Junta de Freguesia de Viseu, todas referentes ao ponto número um do artigo seis do referido documento.

Proposta número um, apresentada por Jorge Azevedo. A comissão de acompanhamento deve ser constituída por cinco elementos de reconhecido mérito, sem qualquer vinculação partidária, nomeados por cada uma das forças políticas presentes na Assembleia de Freguesia.

Proposta número dois, apresentada por Mafalda Ferreira. A comissão de acompanhamento deve ser constituída por cinco elementos a designar pelo executivo da Junta de Freguesia de Viseu

Proposta número três, apresentada por João Serra. A comissão de acompanhamento deve ser constituída por cinco elementos, um em representação do executivo, outro em representação da Assembleia de Freguesia e três elementos externos convidados para o efeito. a designar pelo executivo da Junta de Freguesia de Viseu.

Colocadas a votação foram os seguintes os resultados:

Proposta número um – 7 votos

Proposta número dois – 8votos

Proposta número três – 2 votos

A alteração ao ponto um do artigo seis do Regulamento do Orçamento Participativo, será feita de acordo com a redação exposta na proposta número dois que recolheu o maior número de votos. Oito.

Já contemporizando a alteração votada no ponto anterior, procedeu-se à votação do Regulamento de Funcionamento do II Orçamento Participativo da Freguesia de Viseu, que foi aprovado por maioria, com um voto contra e sete abstenções.

#### **5-Outros assuntos de interesse param a Freguesia de Viseu.**

Após guardar um minuto de silêncio, em memória de Anacleto Pinto, a Assembleia de Freguesia de Viseu, aprovou por unanimidade a proposta do executivo da Junta de Freguesia (documento anexo à ata), para atribuição na toponímia da Cidade de Viseu, a um memorial ou a um equipamento desportivo, o nome do antigo atleta olímpico, Anacleto Pinto.

O executivo da Junta de Freguesia de Viseu, apresentou aos membros da assembleia a nova simbologia de Freguesia de Viseu

Não havendo outros assuntos a deliberar, foi encerrada a assembleia pelas vinte e duas horas, dela se lavrando a presente ata que lide e achada conforme vai ser assinada para que conste.-----

O Presidente da Assembleia: \_\_\_\_\_

----- A 1ª Secretária: \_\_\_\_\_

----- O 2º Secretário: \_\_\_\_\_



## Freguesia de Viseu

### PROPOSTA

Vítima de doença prolongada, faleceu muito recentemente, um atleta de eleição, baluarte do desporto Viseense, figura ímpar do atletismo Nacional, homem com uma personalidade muito forte, com a qual nem sempre era fácil lidar, de uma frontalidade de enaltecer.

Representou Portugal em três edições dos jogos Olímpicos (1972, 1976, e 1980), com a particularidade de na última edição em que esteve presente (Moscovo 1980) ter contrariado as indicações do Governo Português, que havia aderido ao boicote dessa edição.

Ainda hoje lhe pertence a referência de ter sido o atleta mais jovem em Portugal (apenas com 18 anos), a ter sido consagrado como Campeão Nacional Absoluto de Corta Mato.

Descansa em paz ANACLETO PINTO.

Reunidos em assembleia ordinária de Freguesia, a vinte e sete de março de 2015, o executivo da Freguesia de Viseu, propõe:

- O prestar de homenagem à figura de Anacleto Pinto, guardando-se um minuto de silêncio.
- Que a Assembleia de Freguesia de Viseu, delibere no sentido de perpetuar o nome de Anacleto Pinto, ligando-o à sua Cidade. (toponímia, memorial, o seu nome ligado a uma infraestrutura desportiva...).
- Da decisão dar conhecimento à família e Câmara Municipal para posterior autorização e concretização do ora proposto.

O Presidente da Junta,

(Diamantino Amaral dos santos)

### **Informações da Junta de freguesia**

---

#### **Faço as seguintes questões ao Executivo:**

- Se acredita que a proposta vencedora do orçamento participativo de 2014 "Centro de Convívio em Gumirães" vai acrescer algo de novo às políticas concretizadas pelo executivo?
- Se o arquivo das atas das assembleias e anexos às mesmas (quer o físico, quer o da página oficial da Freguesia na internet) inclui as atas transcritas durante as assembleias (1.ª versão) ou as atas corrigidas/alteradas (versão final)?
- Se as relações futuras com os trabalhadores da Junta (tendo em conta o concurso de oferta de emprego em vigor) serão assentes na precariedade, em contratos de emprego de inserção do IEFP?
- À data, qual o número de trabalhadores da Junta que se encontram em condições de precariedade, com contratos de emprego de inserção do IEFP?

Por último:

- Qual é o plano do Executivo tendo em conta a adesão, que congratulamos, ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária?

Qual é o objetivo desta adesão? Habitação, desenvolvimento social?

Vão criar uma associação sem fins lucrativos para gerir esta iniciativa?

Como vão chamar os agentes que fazem e vivem a cidade a participar neste projeto?



### Apreciação, discussão e votação da Conta de Gerência do ano de 2014.

Antes de mais, quero realçar que a prestação de contas é um momento importante de análise reflexiva partilhada; que deve permitir o envolvimento dos Membros da Assembleia e da Comunidade na vida e nas tomadas de decisão da junta de Viseu.

Relembro que o Bloco de Esquerda se absteve para permitir a execução das políticas então definidas pelo Executivo da freguesia eleito, e a execução eficiente deste orçamento, de 2014.

Continuaremos, como sempre fizemos, a apelar para que o reforço e a execução orçamental de certas verbas sejam considerados, nomeadamente nas rubricas:

- Pequenas reparações nas escolas,
  - Manutenção de espaços verdes,
  - Limpeza e varredura da freguesia,
  - Conservação e reparação de equipamentos desportivos,
  - Manutenção de espaços envolventes a escolas,
  - Atividades desportivas/recreativas, culturais e de apoio social,
  - Orçamento participativo,
  - E noutras rubricas relativas a atividades enriquecedoras para todos os cidadãos,
- Para além da execução das funções sociais e económicas do Plano Plurianual de Investimentos.

Julgamos, também, que o executivo deverá otimizar as verbas distribuídas pelas instituições sem fins lucrativos.

Daí a nossa proposta para a criação do Dia do Associativismo e da Economia Solidária, com o objetivo de incentivar a criação de atividades económicas sustentáveis planeadas, geridas na base da cooperação entre os seus trabalhadores, numa perspetiva de desenvolvimento local e de construção de relações sociais emancipadoras e equitativas.

Assim,

Tendo em conta que o Bloco de Esquerda vai dar continuidade a um mandato assente no bom senso e que o Executivo continuará a promover a cooperação e a fiscalização das políticas definidas, **votamos a favor as contas de gerência relativas a 2014.**

### **Apreciação, discussão e votação sobre a Primeira Revisão Orçamental do ano 2015.**

---

Tendo em conta a prestação de contas relativa a 2014, registamos um aumento das receitas e das despesas na ordem dos 58%.

Tendo em conta o orçamento de 2015 apresentado, registamos um aumento das receitas na ordem dos 1%, por reforço de saldo da gerência anterior, e um aumento das despesas, na ordem do 1%, com o pessoal e a aquisição de bens de capital.

Como membros da assembleia da freguesia de Viseu, tendo em conta as limitações orçamentais e as funções da junta, temos optado por fazer uma oposição construtiva (Oposição Positiva).

Ao mesmo tempo que acompanhamos, questionamos e fiscalizamos as opções tomadas, propomos ideias ao Executivo.

Há data, algumas das nossas propostas já fazem parte do plano de atividades, da agenda cultural e económica da junta de freguesia.

Contudo, como já salientamos na ordem de trabalhos anterior, gostaríamos que o executivo reforçasse e executasse certas verbas do orçamento, para além da execução das funções sociais e económicas do Plano Plurianual de Investimentos.

Assim, uma vez mais, relembramos algumas das nossas propostas que gostaríamos de ver reforçadas/normalizadas nos Planos de Atividades da Junta, nomeadamente:

- Reforço progressivo da verba destinada ao Orçamento Participativo,
- Reforço progressivo das verbas relativas a atividades culturais, desportivas e recreativas,
- Reforço progressivo das verbas relativas ao trabalho de proximidade e de valorização das relações pessoais com os cidadãos da freguesia, nomeadamente com aqueles que passam por maiores dificuldades socioeconómicas.
- Inclusão do comércio justo e de profissões em via de extinção no Mercado "Indo Eu", como amoladores de facas, engraxadores de sapatos, etc.,
- Implementação regular de *workshops* do Programa PRICE (UE) junto das escolas da freguesia, com o intuito de formar jovens estudantes relativamente às práticas do comércio justo, das finanças justas e do investimento sustentável na nossa floresta.
- Criação do Dia do Associativismo e da Economia Solidária.

Assim,

**Abstemo-nos relativamente à Primeira Revisão Orçamental do ano 2015**

**Apreciação do Inventário do Património da Junta de Freguesia de Viseu a 31 de Dezembro de 2014**

---

Nada a apontar.

**Apresentação, discussão e votação do Regulamento de Funcionamento do II Orçamento Participativo da Freguesia de Viseu.**

---

Saudamos o facto de o executivo ter alargado a área de intervenção às áreas da ação social, habitação e reabilitação urbana, ambiente e espaços verdes, educação e juventude, desporto e cultura.

Contudo, apesar do reforço da verba (para €30.000), julgamos que o peso desta ação de democracia participativa deverá ser aumentada.

Por outro lado, gostaríamos de ver incluído no artigo 6º do Regulamento de funcionamento do II orçamento participativo da freguesia de Viseu o seguinte ponto:

“A comissão de acompanhamento do orçamento participativo será constituída (...) e por cinco representantes dos partidos políticos com assento na assembleia da junta de freguesia ou por representantes a designar pelas cinco forças políticas com assento na assembleia da junta de freguesia.”

Caso esta solicitação seja aprovada, o Bloco de Esquerda convidará um cidadão independente, com residência na junta de freguesia de Viseu, para fazer parte da equipa de trabalho.

Assim,

**Abstemo-nos relativamente ao Regulamento de Funcionamento do II Orçamento Participativo da Freguesia de Viseu.**

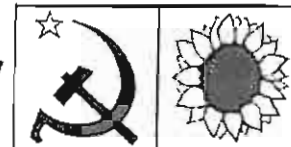
**Outros assuntos de interesse para a Freguesia de Viseu.**

---

Em 25/03/2015, enviei, por e.mail, o **IV Boletim - Oposição Positiva** ao Executivo.

Luís Mougá Lopes  
28/03/2015





### Declaração de voto

Em face dos documentos apresentados pelo Executivo da União de Freguesias de Viseu – Conta de Gerência de 2014 – e após apreciação a Coligação Democrática Unitária decidiu votar **contra** esta proposta pelas razões que a seguir apresento.

Os documentos apresentados só vêm demonstrar que este executivo não tem um projecto para a nossa freguesia. Da leitura dos documentos concluímos que o Executivo da freguesia pouco mais faz do que cobrar taxas e passar atestados, atendendo a que obras concretas durante o ano de 2014 pouco se vislumbram nestes documentos.

Indo ao concreto, nesta Conta de Gerência verificamos alguns dados que não podemos deixar de comentar, nomeadamente:

**- Que as Receitas ficaram 43,88% abaixo do orçamentado.**

- Mas se verificarmos o peso das receitas de capital e correntes no orçamento plurianual verificamos que as Receitas de capital representam nele 33,65%. Ao compararmos a execução na conta de gerência realidade é confrangedora pois foi atingido apenas 2,72%. Ao contrário as despesas correntes no referido orçamento plurianual representavam 62,79%. Na realidade atingiram a soma escandalosa de 90,92%.

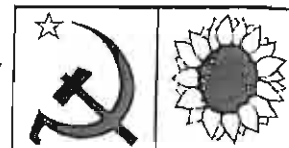
- Pela leitura dos documentos de gestão podemos verificar que a Camara Municipal de Viseu não cumpriu a sua obrigação (apesar de ter os cofres cheios) pois não efectuou a transferência de capital que estava no orçamento no valor de 296.750,00€, tendo-se ficado por uns míseros 13.773,35€.

Nas Despesas:

- Constatamos que, enquanto no orçamento se previa um gasto com aquisição de bens e serviços correntes de 50,61%, no final do ano só se atingiu 46,37%, claramente demonstrador da falta de actividade da Junta de Freguesia.

- Nas despesas de capital então foi o descalabro. Da previsão inicial de 41,91% de investimento, no final do ano temos apenas uns incipientes 14,14%, o que demonstra a falta de capacidade do executivo para fazer obra.

- No entanto este executivo (na onda do show man) gastou em publicidade 13.429,75€, verba astronómica quando comparada com os 10.700,00€ destinados às actividades desportivas/recreativas e culturais. Mas se as compararmos com aquilo que diz ser a sua menina dos olhos, a assistência social a diferença é apenas de 5 mil euros. Isto é, com a caridadezinha a Junta gastou 18.000€ e com a publicidade 13mil. Não restam pois dúvidas de qual é a preocupação dominante do Executivo.



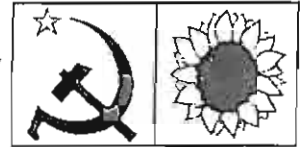
- Ao analisarmos o Plano Plurianual de Investimento chegamos ainda a outras curiosas conclusões. Por exemplo, verificamos que tudo o que este executivo previa levar realizar se ficou pelo papel, atingindo a ridícula taxa de execução de 3,9%. Uma taxa tão reduzida que nos leva a perguntar o que é que a Junta andou a fazer durante 2014. Com toda a certeza a tratar de protocolos com as mais impensáveis entidades, tudo para fingir que tem uma grande dinâmica.

No que concerne à exposição e desdobramento das rubricas esta informação devia estar de acordo com POCAL e não está. Nos próximos orçamentos as rubricas devem traduzir a realidade das receitas e dos gastos no concreto e não em nomenclaturas gerais. Por exemplo quanto se gastou com instalações e em quais e em quê? Quanto se gastou de água, eletricidade, combustíveis, etc. E quanto se gastou com os órgãos autárquicos, remunerações dos membros do executivo, senhas de presença dos membros da assembleia, ajudas de custo, deslocações e por aí fora? Ninguém consegue saber pelos documentos que nos são fornecidos. Os valores gastos nos órgãos da autarquia deviam estar separados despesas administrativas. Se estes aspectos não forem corrigidos, não terei outra alternativa senão dirigir-me ao Tribunal de Contas para este intervenha para termos uma prestação de contas como a Lei obriga.

O Eleito da CDU - Coligação Democrática Unitária.

Viseu, 27 Março 2015

*João Carlos Lopes*



## **REQUERIMENTO**

Ao abrigo do disposto no Artigo 10º nº 1, alínea d), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, venho requerer ao senhor Presidente da Assembleia da União de Freguesias de Viseu, que solicite à Junta da União de Freguesias de Viseu, o envio de **informação sobre todos os contratos e protocolos celebrados por esta com outras entidades desde o início do presente mandato.**

Viseu, 27/03/2015

O Eleito da CDU

João Serra

## SAUDAÇÃO AO 41º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

E AO

### 1 DE MAIO - DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR

A CDU saúda hoje o 41º aniversário do 25 de Abril que se realiza daqui a cerca de um mês.

Tendo em conta a antecipação da data da realização desta Assembleia de Freguesia, que normalmente se realizaria durante o mês de Abril, a CDU vem desta forma saudar todos os Homens e Mulheres que após meio século de opressão dum ditadura neo-liberal fascista, se revoltaram, derrubando essa ditadura e os seus tiranos, constituindo a revolução do 25 de Abril de 1974, um dos mais importantes marcos da história colectiva e da evolução do país e do povo Português.

Saudamos também o dia 1 de Maio, dia internacional do trabalhador, e desta forma todos os trabalhadores e trabalhadoras, que ao longo destes 41 anos e após um período de conquistas e direitos, são hoje alvo do mais atroz ataque pela desgoverno e linha de políticas de miséria e pobreza que aumenta as dificuldades dos trabalhadores e das suas famílias, colocando-os de novo no caminho do jugo dos ditames daqueles que pretendem ainda hoje ajustar contas com a liberdade e os direitos dos trabalhadores.

Estes são dois dos mais, quicá, os mais importantes marcos da história colectiva e evolutiva do povo Português e do País, pelo que não poderíamos deixar de saudar todos, pela coragem e abnegação em defesa da liberdade, do trabalho, por um futuro digno.

27 de Março de 2015-03-27

O eleito da CDU